

Semicondutores: a questão fabril e a soberania do país

» ADÃO VILLAVEVERE

Professor Escola Politécnica PUCRS e doutorando PPGECI — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

» LIVIO AMARAL

Professor titular de física — (UFRGS)

A internet das coisas, a inteligência artificial, a realidade virtual, bem como a gêmea digital que se comunica com o supermercado são profundas mudanças estruturais e disruptivas do nosso tempo. Também o é a Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD), que em acordos entre países procura implementar o direito fundamental de todo ser humano ter assegurada a sua privacidade. O ponto basilar e comum de tudo isso, ativos tangíveis ou intangíveis, são os chips.

O Brasil tinha percebido há algum tempo a necessidade de indústria nesse campo e, em momentos distintos, tomou iniciativas. No início da década de 1990, com a Lei de Informática (nº 8.248/1991) e, depois, em 2002, com o Programa Nacional de Microeletrônica (PNM), que ocupou um papel estratégico na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce) em 2003, associados a um conjunto de programas e ações que daí decorreram, até a metade da década passada.

Para ir em frente, como ocorreu nos países mais avançados, era necessário ter o papel fundamental do Estado na formulação de incentivos financeiros para formar capital humano, apropriação do conhecimento e competências no processo fabril desses dispositivos. Os esforços governamentais, empresariais, acadêmicos e da sociedade resultaram na formação da fábrica brasileira de chips, conhecida como Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), no estado do Rio Grande do Sul. Quando implementada, no final da primeira década deste século, foi suportada por dois eixos fundantes decisivos para alinhar tal iniciativa.

De um lado, os estudos das Regiões com Potencial Tecnológico (Repots), que resultaram na ação chamada Porto Alegre Tecnópolis (PAT), em 1995, reafirmando a vocação da capital gaúcha como locus para inovação. De outro, a iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o PNM brasileiro, referido acima, que produziu instrumentos fundamentais para fomento e financiamento setorial.

Naquele momento, a Motorola desativava sua fábrica de semicondutores nos Estados Unidos da América, vislumbrando potencial cooperação para transferência de seus equipamentos para o Brasil. E o RS, pela enorme capacidade instalada e por o projeto ser de uma fábrica de semicondutores e não somente um laboratório científico-técnico, acabou atraindo a parceria, e a manufatura se tornou realidade única da América Latina.

E seguindo aquilo que em casos similares, internacionalmente se nominava de curva de maturação, até que receitas superem despesas, produtos começaram a aparecer, como por exemplo o chip do passaporte, encomendado pela Casa da Moeda do governo federal. Mas quando, fisicamente, ele estava pronto e com certificado



global e a fábrica preparada para iniciar a produção, a encomenda foi interrompida e cancelada, com alegadas razões que não se sabe bem até hoje quais, de fato, foram. Logo quando estudos técnicos apontavam que, executada a encomenda, se teria um superávit de R\$ 13 milhões por ano de 2024.

De outra parte no mundo, no terrível quadro da pandemia da covid-19, aconteceu falta de chips em escala planetária. Tal foi a magnitude do fato de que os Estados Unidos estabeleceram vultosos subsídios públicos para ter novamente fábricas em território americano. Fundamentalmente para diminuir a dependência dos países do leste asiático, que dominam hoje mais de 80% da produção mundial.

Incompreensivelmente nesse contexto mundial, o governo brasileiro publicou no *Diário Oficial da União*, o Decreto nº 10.578/2020, de liquidação da Ceitec. Em base a um expedito fluxo de caixa autorreferido no Programa de

Parcerias e Investimentos (PPI), que não guardou nenhuma relação com o *Relatório de Atendimento de Metas e Resultados 2019* e outros instrumentos, emitidos periodicamente pelo MCTI. Contrário sensu aos países centrais, que neste momento buscam desesperadamente instalar esses modelos de fábricas em seus territórios.

Hoje, o processo de liquidação encontra-se no Tribunal de Contas da União, que já apontou irregularidades. Portanto, ou o órgão de contas decide pela retirada da Ceitec do PPI, ou um novo governo terá a inexorável responsabilidade de preservar a única fabricante de chips na América Latina, como um dever soberano e de segurança da nação. Só assim o Brasil terá inserção tecnológica soberana na estratégia geopolítica mundial, consolidando sua posição no seleto grupo de países produtores de chips e ainda enfrentando o enorme desequilíbrio da balança comercial brasileira em dispositivos para a indústria eletroeletrônica.

O Brasil não se tornará uma Argentina

» BENITO SALOMÃO

Economista chefe da Gladius Research, doutor em economia PPGE UFU

Este artigo tem um significado simbólico, pois se trata do meu artigo de número 200 para diversos jornais para os quais contribuí desde 2010. O título é provocativo, já que no embate político local, apoiadores de uma das candidaturas postas argumentam que caso a outra candidatura seja vitoriosa nas eleições do próximo dia 2, o Brasil tenderá a replicar o fracasso econômico da Argentina. Escrevo este artigo da Cidade de Córdoba, na Argentina, onde passei a semana participando de um seminário acadêmico, a 55ª Jornada Internazionale de Finanzas Públicas, evento anual que há mais de meio século contribui para a fronteira do conhecimento na área das finanças públicas. Participo ininterruptamente deste encontro desde sua 49ª edição, em 2016.

O argumento utilizado na eleição deste ano associa o fracasso econômico argentino a governos de esquerda. O diagnóstico, evidentemente, está equivocado. Participando do encontro e conversando com os amigos argentinos, pude identificar claramente que a raiz dos seus problemas econômicos é a captura do Estado por elites políticas. Há uma vasta literatura que disserta sobre a qualidade institucional e os incentivos por ela criados, que levam os países à prosperidade ou ao fracasso. Portanto, governos de esquerda ou direita podem performar bem diante de instituições de boa qualidade.

O livro *Why the nations fail? (Por que as nações fracassam?)*, de Daron Acemoglu e James Robinson, corrobora com o meu argumento. Os autores dissertam sobre modelos institucionais

que podem ser: i) inclusivos; ou ii) extrativistas. No primeiro caso, as instituições garantem aos cidadãos colherem os frutos dos próprios trabalhos, há incentivos à competição e à inovação que geram crescimento econômico. Já no caso de instituições extrativistas, o fruto do trabalho alheio é capturado pelo Estado, que é dirigido por elites (políticas, produtivas, financeiras, burocráticas e sindicais).

Esse segundo caso parece se adequar mais ao exemplo da Argentina, que flagrantemente vem empobrecendo diante de crises sistêmicas e de uma inflação crônica. O país vive desequilíbrios fiscais crônicos, que estão associados, por sua vez, com a concentração de poderes nas mãos de seus governos (federal, provinciais e locais). A elevada concentração demográfica na província e na Cidade Autônoma de Buenos Aires, torna o modelo político argentino rígido. Em 2003, Néstor Kirchner ascendeu ao poder no país, sendo sucedido, em 2007, por sua esposa, Cristina Kirchner, que exerceu o poder até 2015. Após um mandato de Mauricio Macri entre 2016 e 2019, Cristina Kirchner retorna ao governo exercendo a função de vice-presidente.

Em outras palavras, há um problema de alternância de poder na Argentina, que está relacionado com vários fatores: i) demográficos, tornar-se presidente na Argentina requer vencer as eleições na província de Buenos Aires, que concentra aproximadamente 36% do eleitorado do país. No que se refere ao parlamento, Buenos Aires mostra novamente sua importância,

a província possui 70 deputados na Câmara Federal, enquanto a Cidade Autônoma de Buenos Aires possui 25 deputados, de um total de 257 cadeiras. Ou seja, mais de 36% da Câmara Federal argentina é composta por parlamentares de uma única região.

Esse excesso de poder político dá ao presidente e à sua base de apoio no Congresso e nas elites a capacidade de mudar regras discricionariamente, de acordo com suas conveniências. Recentemente, se discute no país a mudança do número de juízes em tribunais superiores, obviamente isso não está sendo pensado com o nobre intuito de aprimorar o sistema judicial do país, mas sim de submetê-lo.

O Brasil não vai se tornar uma Argentina caso um governo de esquerda saia eleito do próximo dia 2 de outubro. Nossa distribuição populacional no território contrastada com uma representação política na Câmara e no Senado é capaz de produzir freios ao poder eleito. Freios estes que funcionarão relativamente bem, ajudados por um Supremo Tribunal Federal independente, a impedir parte dos retrocessos tentados pelo governo atual. Durante a pandemia, prefeitos e governadores tiveram autonomia para adotar suas políticas de saúde, ainda que o governo federal as sabotasse.

Iso não significa que o Brasil, como qualquer outro país, esteja imune à decadência política. Vigilância quanto ao modelo institucional vigente, reforçar as amarras sobre o poder e reformas que favoreçam à competição e à inovação, devem ser pensadas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Bucha de canhão

Ditaduras, por suas características políticas ruins, necessitam, tanto para a sua ascensão, quanto para sua consolidação e prolongamento no tempo, de estratégias moldadas em mentiras e muita propaganda de governo, na qual a figura central do ditador vai ganhando uma presença cada vez mais absoluta, de modo a confundir o governo e, principalmente, o Estado, com o próprio mandatário.

É do jogo e sempre foi feito dessa maneira, em todo o tempo e lugar. Mas até que essa ascensão se solidifique e se torne incontestável, é preciso ainda desconstruir e mesmo destruir todo o sinal de oposição, classificada agora, como inimiga do Estado e do povo. Para dissimular ainda mais essa tirania, o substantivo "povo" passa a ser uma palavra corrente na novilíngua da ditadura, embora nada signifique de fato.

Povo é sempre uma abstração política usada em nome de algo concreto e perigoso. Para confundir a opinião pública, outra abstração moderna, são realizadas eleições com aparência e jeito de democráticas. Por trás dos biombos, a farsa se impõe, com a propaganda oficial anunciando os resultados quase unânimes do pleito em favor do mandatário. Diante de números como esses, todas as esperanças são poucas. É justamente junto ao povo que os ditadores retiram o combustível para suas façanhas, em forma de carne humana.

É preciso carne para manter as fornalhas do poder absoluto aceso. Carne e sangue. A cumplicidade de muitos e a indiferença do mundo, dito civilizado, dão a permissão e o agrément para que tudo ganhe ares de normalidade, com o ditador sendo aceito e até saudado nas rodas de conversa e nos encontros internacionais. Ninguém, por medo ou diplomacia, ousa dizer que ali está um autêntico açougueiro de gravata e capital. Tem sido assim ao longo da história humana.

Mesmo a modernidade, com seus fóruns internacionais, repletos de pessoas sofisticadas, mostram-se simpáticos e não ousam impedir ou contrariar a sanha desses novos Calígulas. A invasão da Ucrânia pelas forças de Putin, não é uma disputa armada entre um Estado contra outro, mas uma guerra de origem pessoal, travada por um déspota contra uma outra nação livre e autônoma e que é arrastada para esse conflito por uma decisão absolutamente subjetiva desse mandatário, para dar continuidade à uma estratégia de permanência no poder que exige, em contrapartida, que haja um clima de guerra sempre presente.

É na fomalha das guerras que os ditadores obtêm o combustível necessário para seus governos. A paz é contrária aos propósitos dos ditadores, porque deixa tempo de sobra para a reflexão da sociedade, algumas de caráter contestador. Ocupados em guerrear, não sobra às plebes tempo para elucubrações do tipo democráticas. É preciso a marcha contínua dos canhões.

Depois de, literalmente, mandar para o moedor de carne da Ucrânia, mais de 100 mil jovens russos, que retornarão para suas famílias em forma de cinzas, armazenadas em latas de alumínio, o ditador paranoico, manda alistar, à força, mais 300 mil homens em idade produtiva para que sigam o mesmo destino.

Cientes da morte anunciada, centenas de milhares de jovens fogem em direção às fronteiras para escapar do destino certo. Serão outros 300 mil mortos a servirem de bucha de canhão, com suas carnes e entranhas transformadas depois em medalhas e condecorações militares douradas, a ornar o peito desse bravo facinora e de seus comandantes, mesmo sabendo que todos eles se mantiveram à milhares de quilômetros do front de guerra. Nessa marcha bélica contínua, depois da Ucrânia, outros países, necessariamente serão apontados como o alvo da vez, até que não reste nada a Leste e a Oeste.

» A frase que foi pronunciada

“O vosso povo que, daqui a poucos dias, celebra o aniversário da Revolução dos Cravos que também vos libertou da ditadura, sabe perfeitamente o que estamos a sentir.”

Zelensky, presidente da Ucrânia, em abril

Gestão

» Não foi feito alarde sobre essa questão, mas os trabalhadores dos Correios que pagavam taxas mensais para tentar diminuir o rombo dos fundos de pensão, agora, com a gestão do general Floriano Peixoto, que estampou o maior rendimento em 22 anos (R\$ 3,7 bilhões), recebem participação nos lucros da empresa.

Homem político

» Senhor Menezes, conhecido pela honestidade no trabalho de ajustes de portões elétricos no Lago Norte e arredores, estava contando que encontrou um candidato à Câmara Legislativa pedindo votos nos hospitais. Disse tudo o que faria se conseguisse a reeleição. Menezes, homem experiente, foi direto. “Se tinha esses objetivos, por que não executou quando estava no poder?” O candidato deu as costas e Menezes viu que estava representado no sorriso dos presentes.

» História de Brasília

Mas os moradores são cariocas e, às vezes, fazem blague. Há luz aqui? Não sei! Só venho aqui de noite! (Publicada em 10/3/1962)